

POLÍTICA ECONÔMICA

Maquiagem para exportador

Fazenda e Desenvolvimento anunciam várias medidas como novas, mas a maioria já está em vigor. Para Mantega, elas são "tudo de bom"

» MARCONE GONÇALVES

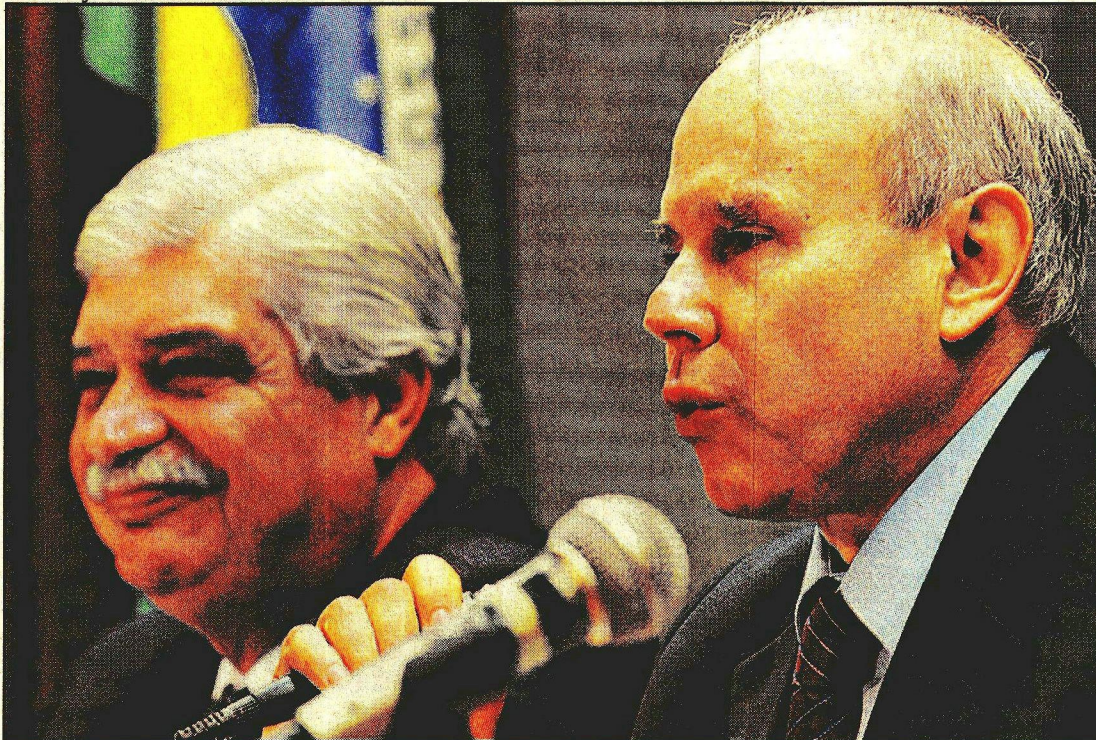
Depois de seis meses de negociações de medidas para revolucionar o comércio exterior, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, apresentou ontem o pacote de estímulos ao exportador, uma maquiagem de programas e ações já existentes. O conjunto de incentivos prevê a criação de duas estatais, de dois fundos públicos, isenções fiscais e devolução mais rápida de créditos tributários, entre outras iniciativas, que ainda dependerão da edição de medidas provisórias ou aprovação parlamentar.

Acompanhando do ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, e do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, Mantega tentou explicar a mágica do pacote que, na sua visão, deverá melhorar a competitividade da produção brasileira. "O que estamos fazendo, agora, é reduzir custos para o exportador, o que todos os países fazem", justificou, acrescentando que a política é "tudo de bom", "totalmente saudável, sem nenhum efeito colateral".

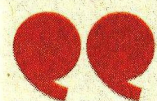
Questionado sobre os benefícios concedidos aos exportadores, Mantega repetiu por três vezes que o pacote reduz o **custo Brasil**. E argumentou que as medidas não só ajudarão a manter a inflação sob controle como aumentará a arrecadação de tributos. Com isso, na sua visão, as contas públicas melhorarão e o país terá melhor condição de competir no mercado internacional. "Não há subsídios, não há nada que cause inflação. Só melhora a competitividade das empresas exportadoras", afirmou.

Uma das principais iniciativas será a criação do EximBrasil, uma instituição financeira subsidiária do BNDES, para financiar as compras de produtos brasileiros no exterior. Também será criada a Empresa Brasileira de Seguros, para administrar R\$ 5 bilhões do fundo garantidor da infraestrutura, formado com a fusão de vários fundos setoriais existentes. A empresa também poderá herdar, no

Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr



Miguel Jorge e Mantega garantem que empresas ficarão mais competitivas e não haverá custos extras para o Tesouro



Não há subsídios, não há nada que cause inflação. Só melhora a competitividade das empresas exportadoras"

Guido Mantega,
Ministro da Fazenda

Burocracia

Custo Brasil é um termo que descreve o conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas que inibem os investimentos no país e, com isso, prejudicam o desenvolvimento industrial. De acordo com estudo divulgado no mês passado pela a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), esse custo encarece, em média, 36,27% os produtos brasileiros em relação aos fabricados na Alemanha e nos Estados Unidos.

futuro, o Fundo Garantidor do Comércio Exterior, para dar suporte às operações do EximBrasil.

Sem informar valores ou projeções, Mantega explicou que o Tesouro Nacional devolverá, em 30 dias, os créditos tributários do PIS, Cofins e IPI que hoje são pagos em cinco anos às exportadoras.

"Não tem custo, é só facilitar o desembolso de caixa." A medida vai valer apenas para as novas operações e só para empresas que já exportam há mais de quatro anos e têm pelo menos 30% de seu faturamento provenientes de vendas ao exterior.

O Brasil também pretende

copiar o governo norte-americano, que dá preferência à compra de produtos nacionais. O governo priorizará nas compras feitas por meio de licitações, que chegam a R\$ 56 bilhões no ano, produtos feitos aqui, desde que não custem mais do que 25% do similar importado. Segundo Mantega, a compra de material escolar e a de uniformes para o Exército, por exemplo, acabam sendo feitas na China, apesar de contarmos com indústria têxtil. "Isso deverá deixar no Brasil um mercado que está escorrendo para fora do país", afirmou.

Segundo o ministro, haverá custos orçamentários no momento da compra, mas serão compensados pelo faturamento maior das empresas brasileiras, por mais geração de empregos e pelo aumento da arrecadação de PIS e Cofins. "Essa é uma medida de grande impacto, num momento de grande concorrência internacional", afirmou Mantega.

Miguel Jorge, ressaltou que outra iniciativa permitirá às micro e pequenas empresas incluídas no Simples ampliarem as exportações sem perder os benefícios fiscais.

>> Nada de novo

Governo maquia medidas já existentes para mostrar que está agindo em prol dos exportadores

EximBrasil

criação de mais uma estatal, ou seja, um banco vinculado ao BNDES, que ficará responsável por financiar empresas no exterior interessadas na compra de produtos brasileiros. A sede será no Rio de Janeiro.

Sistema Público de Garantia

vários fundos garantidores de exportação (da indústria naval, das Parcerias Público Privadas e de energia, por exemplo) serão juntados em um Fundo Garantidor da Infraestrutura, que será administrado por mais uma nova estatal, a Empresa Brasileira de Seguros, e trabalhará com o setor privado.

Fundo Garantidor de Comércio Exterior

esse fundo herdará R\$ 2 bilhões do atual sistema de seguro de exportação e negociará os contratos necessários para tornar os financiamentos mais acessíveis aos exportadores.

Compras governamentais

as empresas brasileiras terão preferência nas compras do governo, que somam R\$ 56 bilhões por ano. A ideia é dar preferência a produtos nacionais, desde que não ultrapassem 25% do preço do similar importado.

Crédito

linha de financiamento no total de R\$ 7 bilhões, com a finalidade de financiar as exportações de bens de consumo de empresas exportadoras.

Devolução mais rápida do Crédito tributário

redução de cinco anos para 30 dias no prazo para a devolução dos créditos às empresas exportadoras. Só vale para companhias que exportam há mais de quatro anos e que tenha 30% do faturamento proveniente de vendas ao exterior.

Criação de um regime de drawback

regime especial que elimina os tributos incidentes sobre insumos importados usados para a fabricação de produtos destinados ao mercado externo.

Aumento do Imposto sobre Importação sobre autopeças

a alíquota passará de 10% para 14%, como forma de encarecer essas compras desses produtos no exterior e equilibrar o déficit da balança comercial do setor de autopeças, que pode chegar a R\$ 6 bilhões neste ano.

Micro e pequenas empresas

poderão exportar até duas vezes o limite de inclusão no Simples, que pode chegar a R\$ 2,4 milhões, sem perder os benefícios de enquadramento no sistema de imposto único.